

ÍNDICE

Introdução	2
1 - Caracterização sumária do Concelho.....	4
2 - Oferta Educativa	6
3 - Diagnóstico.....	11
4 - Enquadramento da Política Educativa Municipal.....	15
5 - Princípios Orientadores da Política Educativa Municipal.....	18
6 - Objetivos e Estratégias de Intervenção	20
7 - Formas de Operacionalização / Organização	24
8 - Avaliação do Projeto	25
- Conclusão	27

- Introdução

A intervenção municipal, em matéria de educação, começa com a Educação Pré-Escolar e o 1º ciclo do Ensino Básico, sendo que, hoje, na pendência de novo processo de transferências de competências, os municípios tendem a alargar a sua esfera de intervenção na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, que estabelece que o início a uma efetiva descentralização de competências que tenha como horizonte a transformação estrutural das políticas autárquicas, designadamente no quadro do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo e do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da Educação Pré-Escolar e dos ensinos básico e secundário.

Ao longo dos anos tem-se registado uma clara transferência de competências e uma crescente responsabilização dos municípios em matéria de Educação, exigindo uma agilização de meios humanos, materiais e, principalmente, financeiros, que satisfaçam as necessidades de adaptação igualmente crescentes.

Assim, para além de executor das políticas definidas pelo poder central, o município assume-se como promotor de iniciativas locais, contextualizadas e inovadoras, definindo e priorizando uma verdadeira política educativa para o concelho, intervindo a vários níveis e em vários campos, com o objetivo fundamental de promover o sucesso e prevenir o abandono escolar.

No atual contexto, assumem relevância especial as medidas propostas no âmbito da ação social escolar, como essenciais na promoção de igualdade de oportunidades para todas as crianças e jovens.

Porém, só com a implementação de projetos inovadores, promotores de experiências socioeducativas, culturais e desportivas, mas também de projetos de carácter pedagógico claramente direcionados para a promoção do sucesso educativo, determinarão uma melhoria evolutiva da qualidade da educação.

Em paralelo, mantem-se a aposta na renovação e manutenção dos espaços educativos, através da implementação e remodelação do parque escolar concelhio, por forma a responder às exigências atuais.

Relativamente à Carta Educativa, um instrumento fundamental de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino, devemos proceder à sua revisão e atualização no decurso do mandato, possibilitando ao Município a competência de programar, conjuntamente com a tutela, a evolução do sistema de equipamentos educativos implementados no seu território, associando-lhes decisões sobre as ofertas de educação e formação a facultar aos seus munícipes.

Por tal, este Projeto Educativo do Município de Gouveia traduz e assume, assim, uma visão muito própria, contribuindo localmente para novas formas de ver e viver a educação ao longo da vida, seja pela oferta de projetos e de atividades que se integram e articulam com as necessidades específicas das escolas e dos seus alunos, seja pelos espaços e equipamentos que já possui e dinamiza com sucesso.

Pretendemos, com isso, a construção de um verdadeiro território educativo, com um projeto educativo próprio, que resulte das contribuições concertadas das entidades locais e da organização escolar.

Este processo requer acima de tudo uma visão de futuro, uma construção no presente e mudanças de mentalidade, mas necessita, também, que a própria autarquia disponha de meios humanos e financeiros para executar as competências, no pressuposto de que a proximidade pode ser uma mais valia na resolução dos problemas e na adequação das soluções, mas também um conjunto significativo de desafios.

1 - Caracterização sumária do Concelho

O concelho de Gouveia encontra-se inserido no distrito da Guarda, sendo condicionado na sua dinâmica demográfica pelo peso da interioridade. Em todo o caso, convém realçar que não segue, linearmente, o mesmo comportamento do restante distrito. A evolução da sua população apresenta-se algo inconstante. Apesar do aumento até à primeira década do século passado, esta sofreu entre a primeira e a terceira décadas um ligeiro decréscimo, registando ainda um aumento entre a década de 40 e 50 para, a partir daí, não mais retomar qualquer tendência significativa de crescimento. As razões desta variação podem ser encontradas em fenómenos económicos e sociais.

Compreender que a tónica dominante na região em que se insere o concelho de Gouveia tem sido a perda lenta e gradual da sua população, não se torna difícil se percebermos que, por regra, a fixação das populações, nas sociedades contemporâneas, se faz à custa do crescimento de setor produtivo. A diminuição da capacidade empregadora do setor produtivo, quer do mercado de trabalho sem qualificação, quer do especializado, funcionam como fator de impulso para a saída da população para o mercado de trabalho europeu, a partir da década de 60, no primeiro caso e para os grandes centros urbanos do litoral, no segundo, acentuando deste modo a dicotomia litoral/interior.

O concelho ocupa uma superfície de 300,6Km² distribuídos por 16 freguesias, das quais integra a cidade de Gouveia e a vila de Vila Nova de Tazem. Tendo uma população residente de 14 046 habitantes em 2011, para uma área total concelhia que varia entre os 290,7 e os 300,6 km². Assim sendo, o valor da densidade populacional concelhia, em 2011 variou entre os 46,7 e os 48,32 habitantes por km², um pouco mais baixa que a respetiva média da região (NUTIII), a qual correspondia a 50,4 habitantes por km².

Nos últimos 80 anos, a população total do Concelho de Gouveia teve um decréscimo de cerca de 43%. A população diminuiu acentuadamente na década de 60, apresentando uma taxa de crescimento negativa de 36,35%. Mais tarde, já na década de 80, verificou-se um ligeiro aumento, tendo a população diminuído progressivamente nos anos posteriores.

A partir de 2009, observa-se uma tendência para a recuperação suave do crescimento natural da população no Concelho. No entanto, tendo em conta o envelhecimento da população, este resultado, provém expressivamente da diminuição do número de óbitos e não de um aumento significativo da taxa de natalidade.

Verifica-se também que ocorreu uma diminuição brusca do escalão correspondente aos 15-64 anos durante a década de 60, consequência do fenómeno emigratório em grande escala. É de

salientar ainda a acentuada diminuição do grupo etário dos 0-14 anos, a partir da mesma década, assim como o aumento contínuo do grupo etário dos 65 ou mais anos, correspondendo a uma população cada vez mais envelhecida.

Quanto à mobilidade populacional é de destacar que, no ano de 2012, se encontravam a residir no concelho cerca de 62 estrangeiros, oriundos principalmente da Bulgária, com um total de 54 imigrantes, seguido da China, com um total de 23 indivíduos. Verifica-se um número superior de imigrantes do sexo feminino, relativamente aos indivíduos oriundos da Bulgária.

Importa salientar que, no que concerne à comunidade chinesa a residir no concelho de Gouveia, não foi possível distinguir o género dos mesmos, por falta de dados discriminados.

Tendo em conta o total de população residente, a percentagem de população ativa manteve a mesma percentagem em 2001 e 2011 (36% da população residente).

A faixa etária dos 35 aos 44 anos assume maior destaque na população ativa no ano de 2001, expondo 27%, enquanto em 2011 é a classe dos 45 aos 54 anos que apresenta uma maior proporção, com 29% da amostra. Em 2011 o número total de pessoas em idade ativa empregadas, no concelho de Gouveia era de 4343, ou seja, 85% da população total em idade ativa encontrava-se empregada.

O maior número de pessoas empregadas pertence às faixas etárias dos 45 aos 49 anos (672), seguindo-se a faixa dos 50 aos 54 anos (618) e a dos 30 aos 34 anos (580), respetivamente.

A população com idade ativa com menos de 25 anos apresenta o menor número de indivíduos empregados, seguindo-se dos indivíduos na faixa etária dos 60 aos 64 anos. O maior número de desempregados pertence ao género feminino (55%) comparativamente ao género masculino (45%), correspondendo, respetivamente, a um total de 443 e 368 desempregados.

Em relação ao volume de negócios é o comércio por grosso e a retalho que detém metade do volume de negócios praticado no concelho (50%).

Em oposição o concelho detém o menor valor de negócios nas atividades de informação e comunicação (0,2%) e nas atividades artísticas, de espetáculo desportivas e recreativas(0,2%).

Realce ainda para as sociedades de atividades de saúde humana e apoio social e outras atividades de serviços, que no seu conjunto representa 3.3%.

Observa-se que estas estruturas apresentam uma configuração típica de uma economia em progresso, onde o setor terciário cresce a um ritmo superior ao do secundário, embora este continue maioritário, e onde o primário vai perdendo gradualmente importância.

2 - Oferta Educativa

A rede escolar, no concelho de Gouveia, compreende a educação pré-escolar, ensino básico, secundário e profissional.

No ano letivo de 2013/2014, a oferta de educação e de ensino no concelho compreende os seguintes níveis e ciclos:

• Educação Pré-Escolar

A educação pré-escolar abrange as crianças entre os três anos de idade até ao primeiro ano de ingresso no ensino básico. A frequência deste nível é facultativa, distribuindo-se entre a rede oficial e particular de solidariedade social, estando presente nas seguintes freguesias do concelho:

Freguesias	Oferta Educativa	Oferta Social	
	Jardim de Infância	Creche	Prolong. de Horário
Arcozelo da Serra	OF	----	IPSS
Figueiró da Serra	OF	----	CMG
Folgosinho	OF	----	CMG
Lagarinhos	IPSS	IPSS	IPSS
Melo	OF	----	IPSS
Moimenta da Serra	OF	IPSS	IPSS
Nespereira	OF	----	IPSS
Paços da Serra	OF	IPSS	IPSS
Gouveia	OF+IPSS	IPSS	CMG+IPSS
S. Paio	OF	----	CMG
Vila Nova de Tazem	OF+IPSS	IPSS	CMG+IPSS
Vinhó	OF	----	CMG

OF – Rede Oficial

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

CMG – Câmara Municipal de Gouveia

O decréscimo da população nos últimos anos letivos levou ao encerramento de alguns estabelecimentos de educação pré-escolar no concelho, nomeadamente: Cativelos, Nabais, Rio Torto, Tazem, Vila Cortês da Serra, Vila Franca da Serra.

• 1º Ciclo do Ensino Básico

O 1º Ciclo do Ensino Básico engloba os quatro primeiros anos de escolaridade (1º ao 4º ano), estando a oferta assegurada nas seguintes freguesias do concelho:

Freguesia	Oferta Educativa		Oferta Social
	1º CEB	AEC's	ATL
Arcozelo da Serra	OF	AEG+IPSS	IPSS
Folgosinho	OF	CMG+IPSS	-----
Lagarinhos	OF	IPSS	IPSS
Melo	OF	CMG+IPSS	IPSS
Moimenta da Serra	OF	IPSS	IPSS
Paços da Serra	OF	IPSS	IPSS
S. Paio	OF	CMG+IPSS	-----
Gouveia	OF	CMG+AEG	IPSS
Vila Nova de Tazem	OF	AEG+IPSS	IPSS

AEC's – Atividades de Enriquecimento Curricular

OF – Rede Oficial

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

CMG – Câmara Municipal de Gouveia

AEG – Agrupamento de Escolas de Gouveia

Os alunos das freguesias em cuja Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico encerrou foram deslocados para outras escolas, consideradas escolas de acolhimento. O transporte destes alunos é assegurado pelo Município de Gouveia, de forma a colmatar as necessidades educativas dos alunos e a dar resposta adequada aos seus agregados familiares.

As escolas de acolhimento dos alunos cuja escola de 1º Ciclo de Ensino Básico encerrou são as seguintes:

- **Folgosinho:** acolhe os alunos de Freixo e de Figueiró da Serra
- **Gouveia:** acolhe os alunos de Aldeias, Nespereira e Vinhó;
- **Melo:** acolhe os alunos de Nabainhos e Nabais;
- **S. Paio:** acolhe os alunos de Ribamondego, Vila Cortês da Serra e Vila Franca da Serra;
- **Vila Nova de Tazem:** acolhe os alunos de Cativelos e Rio Torto.

• **2º Ciclo do Ensino Básico**

O 2º Ciclo do Ensino Básico engloba os 5º e 6º anos de escolaridade, estando a oferta educativa assegurada pelas seguintes escolas do concelho:

- Escola Básica de Gouveia;
- Escola Básica de Vila Nova de Tazem.

• **3º Ciclo do Ensino Básico**

O 3º Ciclo do Ensino Básico engloba os 7º, 8º e 9º anos de escolaridade, estando a oferta educativa assegurada pelas seguintes escolas do concelho:

- Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico de Gouveia;
- Escola Básica de Vila Nova de Tazem.

• **Ensino Secundário**

O Ensino Secundário está vocacionado para o prosseguimento de estudos de nível superior, de carácter universitário ou politécnico e tem a duração de três anos letivos, correspondendo aos 10º, 11º e 12º anos de escolaridade, estando a oferta educativa assegurada no concelho pela Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico de Gouveia.

• **Ensino Profissional**

O Ensino Profissional é uma modalidade do nível secundário de educação, caracterizada por uma forte ligação com o mundo profissional, que valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, possibilitando ao mesmo tempo o prosseguimento dos estudos.

No concelho de Gouveia a oferta educativa de cursos profissionais é assegurada por:

- Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico de Gouveia, com os seguintes cursos em 2013/2014:

- *Técnico de Eletrónica, Automação e Instrumentação;*
- *Técnico de Multimédia;*
- *Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos;*
- *Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos;*
- *Técnico de Apoio à Gestão Desportiva.*

- Instituto de Gouveia – Escola Profissional, com os seguintes cursos em 2013/2014:

- Animação Sociocultural;
- Técnico de Informática de Gestão;
- Técnico de Restauração.

•Cursos de Educação e Formação

Os Cursos de Educação e Formação têm equivalência ao 6º ou 9º ano de escolaridade, destinam-se a jovens em situação de abandono escolar e em transição para a vida ativa e visam a recuperação dos défices de qualificação, escolar e profissional, através da aquisição de competências escolares, técnicas, sociais e relacionais, que lhes permitam ingressar num mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo.

No concelho de Gouveia a oferta educativa de cursos de educação e formação é assegurada por:

- Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico de Gouveia, nas seguintes áreas em 2013/2014:

- Eletromecânico de Refrigeração e Climatização.

- Instituto de Gouveia – Escola Profissional, nas seguintes áreas em 2013/2014::

- Tratamento e Desbaste de Equinos.

•Cursos de Educação e Formação de Adultos

Os Cursos de Educação e Formação de Adultos visam elevar os níveis de habilitação escolar e profissional da população portuguesa adulta, através de uma oferta integrada de educação e formação que potencie as suas condições de empregabilidade e certifique as competências adquiridas ao longo da vida.

No concelho de Gouveia a oferta educativa de cursos de educação e formação de adultos é assegurada por:

- Associação de Beneficência Popular de Gouveia:

- Carpintaria;
- Costura;
- Mesa e Bar;
- Ajudantes de quartos e manutenção de limpeza;

- *Jardinagem;*
- *Lavagem e lubrificação;*
- *Pastelaria e padaria;*
- *Auxiliar de serviços administrativos.*

•Formação Profissional

A Formação Profissional visa a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões em qualquer ramo de atividade.

No concelho de Gouveia, a oferta de formação profissional é assegurada por:

- ***Sindicato dos Trabalhadores do Setor Têxtil da Beira Alta:***
- *Digitalização de Imagem;*
- *Escritório eletrónico – segurança e partilha de ficheiros;*
- *Folha de cálculo – Funcionalidades Avançadas;*
- *Folha de cálculo - operação e programação;*
- *Fundamentos Gerais de Segurança no Trabalho;*
- *Gestão de Conflitos;*
- *Internet – navegação;*
- *Língua Espanhola - Comunicação Administrativa;*
- *Nutrição e Alimentação;*
- *Operador/a de Informática (Vida Ativa);*
- *Prevenção e primeiros socorros – geriatria;*
- *Primeiros socorros - tipos de acidentes e formas de atuação;*
- *Processador de Texto – Funcionalidades Avançadas;*
- *Processador de texto - processamento e edição;*
- *Saúde- Necessidades Individuais em contexto institucional;*
- *Tributação de pessoas coletivas (IRC);*
- *Utilitário de apresentação gráfica.*

3 – Diagnóstico

Nas últimas décadas tem-se assistido a uma crescente responsabilização das autarquias, em matéria de educação, numa clara transferência de competências a vários níveis e que requer destas uma agilização de meios humanos, materiais e, principalmente, financeiros. Aprofundar o conhecimento sobre a temática da educação, difundir informação e refletir sobre a realidade local são alguns dos primeiros passos a dar na construção de um projeto educativo municipal. É sobre esta premissa que assenta o presente diagnóstico.

O diagnóstico assume-se da maior importância para a elaboração do projeto educativo municipal e proporcionará os elementos necessários para se poder medir futuramente os efeitos diretos e indiretos do projeto, assim como o impacto que irá ter.

As políticas educativas deverão ser recriadas e reinterpretadas a partir das condições e necessidades locais, em que as diferentes instituições e toda a comunidade em geral devem articular, constituindo uma rede local de serviços. A sede desta articulação será o Conselho Municipal de Educação que passará a dispor de um instrumento de planeamento organizacional para a *“concretização de uma política educativa local, que articule as ofertas educativas existentes, os serviços sociais com os serviços educativos, promova a gestão integrada dos recursos e insira a intervenção educativa numa perspetiva de desenvolvimento da comunidade.”* (Bettencourt, M. B., 1993).

A sociedade atual, submetida a transformações constantes, torna cada vez mais necessária a sistematização do trabalho que é feito, sendo que este processo de sistematização só pode ser eficaz quando realizado com a participação de todas as entidades que a escola encontra no terreno e que, embora com propósitos e meios diversos, intervêm junto das mesmas populações no âmbito da saúde, segurança social, inserção profissional, entre outras esferas, permitindo assim identificar as múltiplas necessidades existentes, conhecer as diversas atividades e projetos em curso e elaborar um plano o mais completo possível e flexível na sua aplicação, com capacidade efetiva de gerar inovação e mudança. Sublinhe-se que o projeto educativo municipal tem subjacente a promoção do desenvolvimento e a integração social, a melhoria da qualidade da educação e formação, o que significa que, para além da educação escolar, a educação não-formal, a animação cultural e a formação contínua são domínios muito importantes na concretização da Política Educativa Local.

Verifica-se que as alterações sociais decorrentes do desenvolvimento técnico e científico se processam a um ritmo cada vez mais acelerado, bem como a massificação do ensino e as alterações

na estrutura familiar tradicional, têm colocado à escola uma série de novos desafios. É urgente repensar e procurar soluções para os novos ou reformulados problemas, como os de indisciplina, de violência, de falta de civismo e outros, cuja amplitude e consequências não estamos ainda em condições de prever na sua totalidade.

A importância da interação social no meio envolvente para a aquisição de comportamentos e atitudes favoráveis a uma inserção harmoniosa na sociedade obriga a uma ligação estreita entre educadores, pais, escola e comunidade local, que deverão juntar sinergias, ao longo de todo o percurso escolar, que permitam proporcionar aos alunos um ambiente de aprendizagem motivador, exigente e gratificante. Esta intervenção não deve limitar-se a um acompanhamento durante a escolaridade obrigatória mas deve alargar-se para além da escola, nomeadamente na formação ao longo da vida, que é hoje reconhecida como garante de verdadeira inserção social e de qualidade de vida dos cidadãos.

É importante relevar a existência de estruturas de mediação (integrando equipas multidisciplinares de técnicos) entre a escola, a família e a comunidade, como facilitadoras da procura de soluções integradas, uma vez que estas deverão, em princípio, estar em melhores condições que cada parceiro individualmente, para apresentarem as melhores respostas para os diferentes problemas, gerindo e mobilizando os meios e os recursos necessários e existentes na comunidade local.

Neste contexto, a autarquia surge como uma das presenças mais fortes e mais visíveis na comunidade, principalmente nos concelhos pequenos, daí a sua importância na promoção de uma rede de parcerias locais organizada (envolvendo os Estabelecimentos de Educação e Ensino, as Associações de Pais e de Estudantes, as IPSS, o Centro de Saúde, a GNR, a PSP, o Centro de Emprego e Formação Profissional, o ISS, IP – Centro Distrital da Guarda, que permita a análise dos problemas que, muitas vezes se começam a manifestar na escola e possibilite a sua resolução, para que posteriormente não se transformem em problemas mais graves e que exijam uma intervenção mais complexa e de eficácia muito menos garantida.

Assim, investir de forma cooperativa é a forma mais eficaz e económica de assegurar uma sociedade mais humanizada, mais solidária, mais segura e mais democrática.

O projeto educativo municipal aposta, neste sentido, na promoção de uma cultura de cidadania. É um projeto que se pretende dinâmico, cujo âmbito se traduz num conjunto de linhas orientadoras e

de estratégias gerais que visam resultados ao nível das competências dos cidadãos do município, desde o nível pré-escolar, nas diversas áreas da educação.

No entanto, para que as crianças e jovens do concelho sejam construtores de uma sociedade capaz de dar respostas aos novos problemas, torna-se necessário chamá-los a intervir de uma forma mais direta, isto é, desde a educação pré-escolar, para serem atores de vivências solidárias, criativas e partilhadas.

Percecionar a realidade como um todo e não fragmentada, desenvolver programas integrados de intervenção, congregar esforços e recursos e definir prioridades que se integrem nas políticas nacionais, regionais e locais são princípios fundamentais do presente Projeto Educativo Municipal de Gouveia, estruturado para ter uma duração de quatro anos.

Quando a temática é educação, todas as perspetivas devem ser tidas em conta, visando um contínuo processo de aperfeiçoamento, considerando a sociedade e o futuro, num complexo mundo globalizante, onde, cada vez mais, é exigido às escolas respostas mais eficazes e mensuráveis que criem uma regulação contínua nas suas práticas pedagógicas, no desempenho escolar dos alunos e no envolvimento crescente da comunidade. Objetiva-se, em primeira e última instância, contribuir para o desenvolvimento humano e da comunidade por meio da educação e da inovação, tendo em conta as potencialidades do concelho.

Da pesquisa de documentos e indicadores que permitiram a caracterização do território e o diagnóstico da educação no concelho, extrai-se um conjunto de conclusões que se sintetizam através de uma análise que permite aferir um conjunto de forças e fraquezas, oportunidades e ameaças verificadas no concelho, que se resumem no seguinte quadro:

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">✓ O concelho tem um grande potencial paisagístico, patrimonial e cultural;✓ Elevada motivação para responder a novos desafios;✓ Existência de várias redes de parceria e cooperação;✓ Funcionamento do Conselho Municipal de Educação;✓ Atuação nos diversos domínios de intervenção socioeducativa, para além das competências que, por lei, são atribuídas ao Município;✓ Importância que o Município reconhece à educação e à ação social escolar;✓ Pagamento integral, por parte do Município, dos transportes escolares em todos os níveis de ensino;✓ Promoção do Plano Nacional de Leitura pelos Jardins de	<ul style="list-style-type: none">✓ Dificuldade em envolver alguns parceiros nas atividades e projetos planeados;✓ Inexistência de uma rede de estruturas de apoio aos alunos com necessidades educativas especiais;✓ Decréscimo do número de alunos, evidente sobretudo ao nível da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico;✓ Assimetria quanto à taxa de frequência nos Jardins de Infância e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico das várias freguesias do concelho;✓ Resposta insuficiente relativamente a atividades de ocupação de tempos livres nas

<p>Infância e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do concelho;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Promoção das Atividades de Enriquecimento Curricular nas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do concelho; ✓ Colaboração com as diversas instituições locais para a elaboração do Plano Anual de Atividades; ✓ Divulgação das atividades educativas desenvolvidas no concelho; ✓ Existência e boa articulação com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gouveia; ✓ Existência do programa “Escola Segura”. 	<p>interrupções letivas;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Fraca resposta ao nível de percursos alternativos (Cursos de Educação e Formação); ✓ Necessidade de revisão da Carta Educativa do concelho;
---	---

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Rede escolar com boas condições para o desenvolvimento das atividades letivas; ✓ Cobertura total no concelho ao nível dos programas de apoio à família no Ensino Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico; ✓ Existência de equipamentos desportivos e culturais; ✓ Existência de projetos municipais que proporcionam o acesso de todos os alunos à educação e formação e incentivam o sucesso escolar; ✓ Existência de uma escola profissional no concelho; ✓ Sensibilidade de diferentes instituições locais para a importância da educação; ✓ Valorização crescente do empreendedorismo, nomeadamente nos jovens; ✓ Existência de locais de interesse histórico-culturais; ✓ Crescente valorização do turismo, como mote de desenvolvimento local; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Encerramento de Jardins de Infância e de Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico; ✓ Necessidade de se concertar a oferta formativa, sustentada nas necessidades empresariais e na realidade social do concelho; ✓ Fraca rede de transportes públicos no concelho; ✓ Acentuado decréscimo da população concelhia; ✓ Decréscimo da percentagem da população ativa residente no concelho (31%); ✓ Aumento do envelhecimento da população no concelho; ✓ Baixa e precária empregabilidade no setor primário; ✓ Diminuição acentuada da indústria têxtil; ✓ Encerramento do Centro de Novas Oportunidades; ✓ Crise económica e social que o país atravessa. ✓ Distribuição geográfica do concelho;

4 - Enquadramento da Política Educativa Municipal

O projeto educativo municipal deve ser um documento que expresse a identidade do Município e da comunidade enquanto parceiros na educação. Com este fim, assume-se que este documento deve ser elaborado com a participação de todos os agentes educativos e deve contemplar o modelo geral de organização e a sua adequação aos objetivos pretendidos para a criação de um município educador. Uma vez que o todo é mais do que a soma das partes, o projeto educativo municipal, para além da definição das opções da comunidade educativa, observáveis nas intenções e nas práticas de dinamização do projeto, congrega as perceções e realidades vivenciadas pela comunidade, integrada num território educativo (Pacheco, 1996).

Neste sentido, o Projeto Educativo Municipal de Gouveia emerge da necessidade de assegurar que a educação seja determinante no desenvolvimento do Concelho, sendo a principal fonte de construção de qualidade de vida, de criatividade e de competitividade. A educação é concetualizada, neste documento, não como um conjunto de atos isolados, incidindo sobre indivíduos isolados, mas antes como um ato social em que os “atores” e os “espetadores” se confundem. Como tal, este projeto surge da necessidade de um conjunto de mudanças e reformas constituídas e impostas pelos parceiros educativos. Assim, cada um dos intervenientes deve ser capaz de se orientar estrategicamente fazendo constantes avaliações e ajustamentos aos objetivos e às formas de agir.

Este projeto pode ser encarado como o instrumento que proporciona autonomia às escolas e a todos os agentes educativos, com capacidade de articular e fundir três dimensões chave essenciais: produção de conhecimentos, mudança organizacional e mudança de representações e de práticas. Deverá ser uma referência de transformação na medida em que deve ter como objetivo principal contribuir e ajudar para a formação de cidadãos responsáveis. Deve então ser encarado como uma etapa de planificação estratégica, como forma de planear o futuro desejado, bem como os meios e estratégias para o alcançar, sendo a primeira etapa, a sua definição clara e objetiva.

Entende-se, portanto, o Projeto Educativo Municipal de Gouveia como um processo de apropriação e transformação da realidade educativa concelhia, que resulta da reflexão sobre o que é a educação, o sucesso educativo, a escola, as suas funções, os seus problemas e a sua eventual resolução, sempre com o contributo de todos os intervenientes. É um documento direcionado para a ação, que resulta de um diagnóstico do presente e que se consubstancia numa visão do futuro, sendo uma construção coletiva e uma tarefa exigente, já que implica uma revisão constante e sistemática, impedindo assim a sua cristalização.

O tempo educativo distingue-se cada vez mais do tempo escolar, sendo que o tempo escolar é apenas “*uma parcela do tempo de formação, dado que os contínuos desafios do mundo moderno exigem uma educação permanente ao longo de toda a vida*” (Fernandes, 2004). Segundo o mesmo autor, o espaço escolar disputa a sua influência educativa com outros espaços, sejam eles os espaços reais como a casa de família, os locais de trabalho ou de lazer, sejam eles os espaços virtuais possibilitados pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Neste sentido, a educação permite uma multiplicação de redes de informação e de intervenção, quer a nível local, quer a nível global, numa outra perspetiva em que os próprios fatores de globalização são transformados em instrumentos de construção do novo paradigma.

A educação básica deixou de ser um modelo único e homogéneo, passando a apelar a uma cada vez maior diversificação de espaços, modalidades e meios de aprender, assim como a uma crescente complementaridade entre a educação formal, não-formal e a informal.

A educação passa a abrigar uma dimensão social que diz respeito a todos os atores económicos, sociais e políticos uma vez que é cada vez mais um fator privilegiado ao serviço do desenvolvimento sustentado das sociedades, passando a ser entendida como a principal condição da promoção da qualidade de vida e do progresso humanizado das comunidades, devendo para isso, as políticas educativas municipais assumir uma atitude que permita responder aos novos desafios impostos pela sociedade atual.

Nesta perspetiva, a escola deve ser entendida como espaço de relação, de aquisição de conhecimentos, de compreensão e respeito mútuos, assim como de congregação de esforços do Estado e da sociedade civil, que pressupõe uma “convergência” com os sistemas educativos e formativos da União Europeia.

Importa salientar as orientações das novas políticas educativas para os Estados Membros, emergentes da Cimeira de Lisboa, realizada em Março de 2000, que emanam como referência que a educação deverá contribuir para a redução das disparidades e injustiças entre indivíduos e garantir o crescimento da economia, nomeadamente através da disponibilização das qualificações socialmente necessárias às empresas e aos empregadores, através de uma série de princípios necessários, dos quais se salientam:

- Garantir a qualidade nos sistemas de educação e formação de adultos, como passo fundamental para atingir os objetivos enunciados;

- Objetivar a eficácia no uso dos recursos educativos, a partir de uma avaliação da qualidade do conteúdo efetivamente disponibilizado por esse sistema, garantido o melhor uso dos recursos físicos e financeiros e a melhor qualidade dos recursos humanos;
- Criar redes educativas e de recursos adequados para responder aos desafios apresentados;
- Apoiar sistemas de garantia de qualidade dos estabelecimentos e processos de ensino e de formação. As técnicas de avaliação da qualidade requerem um esforço de formação por parte dos professores e gestores dos estabelecimentos escolares e deverão traduzir-se numa efetiva melhoria do desempenho da instituição e da utilização dos recursos;
- Apoiar parcerias locais, que deverão adequar os seus objetivos e políticas educativas à realidade local, sendo desejável, para isso, a participação da administração regional e local.
- Neste sentido, e em congruência com os novos desafios europeus, o Município de Gouveia tem vindo a assumir a educação formal, não formal e informal como grandes prioridades de intervenção ao nível global no concelho, através da análise das potencialidades educativas concelhias e da implementação de atividades em matéria de educação inovadoras, através das quais se pretende incentivar a participação ativa dos diversos agentes educativos locais.

5 - Princípios Orientadores da Política Educativa Municipal

Uma vez elaborado o diagnóstico, estão reunidas as condições para a definição das linhas de orientação do projeto educativo municipal que incluem as grandes prioridades de atuação, metas que se pretendem atingir, traduzidas em termos de finalidades, objetivos e os meios e formas de atuação concreta para dar resposta às carências e necessidades nas problemáticas analisadas. Sublinhe-se que a planificação do projeto educativo municipal trata, sobretudo, de determinar o que se deve fazer, para posteriormente se poderem tomar decisões práticas para a sua implementação, o que implica uma reflexão sobre os planos, as atividades e projetos em curso, os serviços e equipamentos existentes para dar resposta a novas necessidades e solicitações no âmbito social e a novas metodologias de trabalho.

Em linhas gerais, este projeto é um plano de trabalho com caráter de proposta que pretende constituir um avanço antecipado das ações a realizar para conseguir determinados objetivos, tendo como missão prever, orientar e preparar o caminho do que se vai fazer, para o seu posterior desenvolvimento, devendo refletir as linhas orientadoras e as áreas prioritárias de intervenção ao serviço da política educativa local.

Nesta perspetiva, apontam-se os seguintes princípios orientadores da política educativa municipal:

- a) Desenvolver uma rede de comunicação eficaz entre os parceiros da comunidade educativa, promovendo e facilitando a circulação da informação necessária à implementação deste projeto.
- b) Consolidar o papel de agente e parceiro da dinâmica educativa das Escolas, desenvolvido através dos pelouros da educação, cultura, desporto e ação social do Município;
- c) Articular a política educativa formal com a política educativa Municipal e estas com a intervenção global ao nível do concelho, estabelecendo uma forte ligação entre a educação e o processo de desenvolvimento local, sustentado, em curso;
- d) Incentivar, apoiar e dinamizar iniciativas e atividades que contribuam para uma cada vez maior interação dos estabelecimentos de educação e ensino com a comunidade envolvente;
- e) Disponibilizar todas as condições para o efetivo cumprimento da universalidade da educação pré-escolar para todas as crianças a partir dos três anos de idade;
- f) Colaborar ativamente para o cumprimento da escolaridade obrigatória das crianças e jovens em idade escolar e no prosseguimento de uma formação complementar;
- g) Incentivar a criação de grupos multidisciplinares de combate ao abandono escolar, assentes no forte apoio à família e ao seu envolvimento na comunidade escolar;

- h) Garantir a igualdade de oportunidades no acesso a programas e atividades de desenvolvimento pessoal e social;
- i) Contribuir para a construção da sociedade do conhecimento e da aprendizagem, num processo que requer por um lado a melhoria da qualidade da educação básica, na lógica de criação de uma cultura de iniciativa, de responsabilidade e de cidadania ativa;
- j) Colaborar na promoção da expansão e diversificação da formação dos jovens, apostando na qualificação e no acesso ao emprego das novas gerações, proporcionando-lhes contactos e experiências duradouras com o mundo do trabalho;
- k) Promover condições para uma educação permanente, para todos e ao longo da vida, considerando que a Educação não se limita ao espaço e dinâmica escolares, e que o reconhecimento das aprendizagens adquiridas fora da escola, contribuem para a melhoria da empregabilidade da população ativa;
- l) Incentivar a participação de adultos nos processos de formação e de reconhecimento de competências, contribuindo desta forma para a sua valorização pessoal e profissional;
- m) Apelar ao reforço da identidade e da cultura local nas mais variadas áreas da educação formal, não formal e informal, com uma forte ligação à dinâmica cultural, às questões ambientais e à qualidade de vida das populações;
- n) Intervir socialmente junto da população adulta, das crianças e jovens mais desfavorecidos, com necessidades educativas especiais e/ou em situação de “risco”, nomeadamente através da ação desenvolvida pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;
- o) Sensibilizar as Escolas para a importância da implementação de projetos que promovam a adoção de estilos de vida saudáveis;
- p) Promover a educação para o respeito pelas diferenças numa comunidade multicultural diversificada, promovendo a integração plena de todos os cidadãos e de todas as cidadãs;
- q) Incentivar e promover a gestão integrada e a dinamização dos espaços e equipamentos comunitários como espaços educativos;
- r) Colaborar na definição de um programa de educação para a segurança, promovendo comportamentos de prevenção;
- s) Contribuir para o desenvolvimento de uma relação positiva das crianças e dos jovens com a Escola que potencie e promova o sucesso educativo;
- t) Promover a elaboração de instrumentos de gestão e planeamento da oferta educativa e da gestão da rede escolar para o Concelho;
- u) Garantir a manutenção e a adequação dos edifícios e equipamentos escolares.

6 - Objetivos e Estratégias de Intervenção

A educação e a formação constituem pilares fundamentais para a sustentação de qualquer comunidade. A preocupação com o desenvolvimento educacional, da formação e da qualificação dos cidadãos é uma questão transversal e preponderante no desenho e implementação da política municipal, sendo crescentes as responsabilidades e competências no que respeita à educação, com um enfoque particular no planeamento, gestão e desenvolvimento do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico. O Município de Gouveia reconhece o papel determinante que a educação detém no desenvolvimento integrado das comunidades, e assume a intervenção no setor da educação como uma prioridade da sua atuação política, nomeadamente através da intervenção de uma forma mais intensa no ordenamento da rede educativa e na qualidade da educação e formação, de acordo com um projeto de desenvolvimento e promoção dos cidadãos e da comunidade. Neste sentido, e apesar da conjuntura económica, o Município continua a apostar na educação, tendo como base as prioridades educativas enunciadas.

Os objetivos estratégicos da política educacional concelhia são os seguintes:

1. Colaborar na resposta às necessidades e problemas emergentes da dinâmica educativa das Escolas, das IPSS's e de outras entidades com intervenção nesta área;
2. Privilegiar o trabalho conjunto com os órgãos de gestão e respetivos docentes, contribuindo para fomentar e reforçar estratégias e dinâmicas já em desenvolvimento;
3. Estimular e apoiar as escolas na oferta de cursos de educação e formação, cursos profissionais e educação e formação de adultos;
4. Promover a concertação entre instituições que possuem oferta formativa/profissionalizante ou de reconhecimento e validação de competências, de modo a aproximar as ofertas da realidade socioeconómica concelhia e regional;
5. Participar ativamente nos órgãos deliberativos ou consultivos dos vários parceiros educativos;
6. Articular a política educativa do Município com os estabelecimentos de educação e ensino do concelho;
7. Participar no desenvolvimento dos Projetos Educativos e respetivos Planos de Atividades e de Formação;
8. Promover a divulgação, utilização e apropriação do nosso património cultural natural e edificado, colocando em evidência a nossa identidade e referência;

9. Sensibilizar as Escolas para a importância da implementação de projetos de educação para a cidadania;
10. Investir na Educação Ambiental de forma congruente com uma política de intervenção e sensibilização ambiental vocacionada para a comunidade em geral;
11. Colaborar no combate ao abandono escolar, incentivando a criação de grupos multidisciplinares, bem como um maior envolvimento da família e da comunidade com a escola;
12. Colaborar na promoção de uma política de defesa das crianças e jovens em risco através da CPCJ; Reforçar a articulação entre as instituições oficiais e privadas através do CLAS;
13. Assegurar uma política de Ação Social Escolar que favoreça a igualdade de acesso e de oportunidades para todas as crianças da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, com apoio material e monetário para material escolar, transporte, alimentação e alojamento;
14. Atribuir manuais escolares e cadernos de atividades aos alunos do 1º ciclo do ensino básico, promovendo gradualmente a gratuitidade da sua frequência;
15. Criar um “Banco Municipal de Materiais Escolares” que facilite o acesso dos estudantes aos mesmos sem encargos financeiros para as famílias;
16. Dinamizar a Residência de Estudantes e rentabilizar o seu potencial na complementaridade de ações para jovens promovidas pelo Município ou por associações;
17. Colaborar com as atividades de desenvolvimento curricular bem como no apoio a consultas de especialidade, nomeadamente, terapia da fala, terapia ocupacional e psicomotricidade;
18. Assegurar o pagamento integral dos transportes escolares em todos os ciclos de ensino;
19. Favorecer a inclusão dos jovens com problemas de mobilidade, apoiando financeiramente a utilização de transportes específicos;
20. Apoiar as deslocações mensais dos alunos do ensino superior, de forma a facilitar o contacto com o agregado familiar e a manter a relação de proximidade com o concelho;
21. Atribuir bolsas de frequência aos alunos do ensino superior de agregados familiares carenciados;
22. Apoiar o desenvolvimento de serviços de orientação dirigidos para a inserção de jovens na vida ativa;
23. Apoiar e disponibilizar estágios curriculares e profissionais para jovens em processo de formação, ou recém-formados;
24. Garantir o acesso às atividades de animação e de apoio à família para todas as crianças, ajustando os horários e o calendário de funcionamento da rede pública de jardins de infância de acordo com as necessidades das famílias;

25. Organizar, ou estabelecer parcerias com as IPSS's, na definição de um programa eficaz de resposta às necessidades das famílias das crianças do 1º ciclo do ensino básico, com atividades de prolongamentos de horário;
26. Fomentar a prática do Desporto através da colaboração e apoio na área da expressão físico-motora e da dinamização de modalidades desportivas em diferentes áreas, podendo assumir as vertentes de enriquecimento ou de complemento curricular, no 1º ciclo do ensino básico;
27. Criar condições de acesso para os alunos do 1º ciclo do ensino básico a programas de iniciação e desenvolvimento de novas aprendizagens, nas áreas da expressão plástica e artística, da educação musical e da língua inglesa, por iniciativa municipal ou em parceria com outras instituições;
- 28.** Fomentar a formação e garantir o acesso da comunidade educativa às novas Tecnologias da Informação e Comunicação;
29. Apoiar e organizar eventos e atividades que premeiem a aprendizagem, a pesquisa e o trabalho, designadamente concursos, exposições, debates, encontros e conferências;
30. Distinguir os alunos, com a atribuição anual de prémios de mérito escolar para todos os níveis e ciclos de ensino;
31. Promover dinâmicas e atividades educativas intergeracionais que envolvam crianças, jovens e adultos em processos integrados em contextos associativos e de participação solidária;
32. Desenvolver o intercâmbio de saberes e experiências, tendo em consideração que vivemos na era da globalização, apoiando e criando um conjunto de situações que permitam a troca e reflexão de realidades e dinâmicas com outras comunidades;
33. Colaborar com a rede de bibliotecas escolares no âmbito da promoção do Plano Nacional da Leitura;
34. Implementar programas de animação socioeducativa como complemento à educação escolar formal valorizando a ação educativa não-formal e informal e apontando para formas de relação mais horizontais, como promoção de uma maior autonomia e participação das populações;
35. Participar e mediar na definição das áreas de intervenção ou dos temas a abordar em cada ano letivo, tendo em conta as propostas da Equipa de Saúde Escolar, das Equipas da Escola Segura, e de outros parceiros da comunidade, em articulação com a Direção das Escolas, para que estas possam ser contempladas nos seus planos anuais de atividade;
36. Estimular e apoiar o desenvolvimento de atividades pelas associações de pais e de estudantes;
37. Proceder à revisão da Carta Educativa, de modo a garantir o funcionamento de uma rede escolar que responda às necessidades da criança e das famílias;

38. Participar anualmente na definição da Rede Educativa e da redefinição da Rede Escolar;
39. Pugnar por uma rede pré-escolar pública que garanta o atendimento a todas as crianças do concelho, a partir dos três anos de idade, em articulação com os estabelecimentos da rede particular e social;
40. Dotar cada jardim de infância do equipamento lúdico-pedagógico necessário ao desenvolvimento integral da criança;
41. Atribuir uma verba anual para funcionamento dos jardins de infância, em função da frequência e do número de salas;
42. Dar continuidade ao programa de recuperação e manutenção dos jardins de infância e das escolas do 1º ciclo do ensino básico, nos termos definidos pela revisão da Carta Educativa;
43. Recuperar e manter os espaços lúdico-desportivos anexos aos edifícios escolares;
44. Delegar competências nas Juntas de Freguesia num quadro de descentralização, mediante o estabelecimento de contratos interadministrativos com fins específicos.

7 - Formas de Operacionalização / Organização

O Município de Gouveia materializará a sua política educativa e cultural em articulação com as Escolas, as Juntas de Freguesia e os restantes parceiros da comunidade, elaborando anualmente um Plano de Atividades que apresentará ao Conselho Municipal de Educação para discussão e emissão de parecer.

As atividades a desenvolver em parceria com as escolas serão apresentadas às Direções das mesmas para discussão posterior nos órgãos próprios, sendo desejável que as atividades aprovadas possam fazer parte dos seus Planos de Atividades.

O Município apoiará atividades e projetos desenvolvidos pela comunidade escolar e educativa dos estabelecimentos de educação e ensino do Concelho, bem como das associações culturais e recreativas mediante a apresentação de propostas.

A análise será feita segundo critérios definidos pelo Município e tendo em conta o parecer dos respetivos órgãos de gestão.

As propostas devem ser apresentadas em reunião, a promover pelo Município no início de cada ano letivo, com as entidades que manifestem interesse em estabelecer parcerias no âmbito deste projeto.

As atividades que venham a ser apresentadas noutros momentos constituem carácter de exceção e ficam sujeitas à apreciação dos respetivos órgãos de gestão.

Sempre que necessário far-se-ão reuniões entre autarcas e/ou técnicos do Município e as entidades parceiras, para planificação e avaliação das ações.

Deve promover-se a elaboração de um documento (relatório) que contemple as atividades desenvolvidas em todo o Concelho pelas diferentes instituições.

Para além de ser um instrumento que pode traduzir a dinâmica e o envolvimento de todos os agentes educativos, servirá de base para a avaliação das atividades e do Projeto Educativo Municipal.

8 - Avaliação do Projeto

A avaliação do Projeto Educativo Municipal deve ser entendida como um processo de análise e de reflexão sobre a sua estrutura, organização e de promoção de boas práticas pedagógicas, de melhoria de resultados dos alunos e de processos pedagógicos e de aperfeiçoamento do serviço prestado à comunidade. Esta avaliação deve procurar incidir sobre o grau de realização das ações, medidas e atividades desenvolvidas, constituindo um processo de aferição de resultados obtidos, de metas alcançadas, de objetivos concretizados e de estratégias implementadas.

Trata-se fundamentalmente de um sistema aberto de aprendizagem e correção do projeto, em qualquer fase do seu desenvolvimento. Neste sentido, reforça-se a ideia de que Projeto Educativo Municipal é um processo dinâmico, que pode e deve ser sujeito a alterações e ajustes no sentido de melhorar a qualidade do serviço educativo.

A avaliação será um instrumento de impacto nas decisões futuras, contribuindo igualmente para dar maior visibilidade às intervenções e seus resultados. Sublinhe-se que a avaliação é ainda uma prática recente, apresentando por vezes limitações e dificuldades, sendo no entanto um elemento indispensável a qualquer processo educativo e deve estar presente em todo o esboço de uma intervenção, desde a identificação de necessidades até aos objetivos traçados, no processo da sua realização ou execução e na etapa final dos resultados. Será, precisamente, através da avaliação que se obterá informação detalhada para se poder construir novos planos de acção anuais, intensificando determinados projetos e atividades e corrigindo outros.

Em suma, a avaliação do Projeto Educativo Municipal, permitirá melhorar o desenvolvimento do processo educativo e formativo, oferecer um conhecimento longitudinal e sucessivo das várias etapas, dando informação do que está a ocorrer e como se está a pôr em prática, definir os indicadores que permitam monitorizar e avaliar os impactos, comparando a situação de partida com a situação após a intervenção, os objetivos traçados com os resultados obtidos.

“A avaliação é um dos elementos mais decisivos do currículo uma vez que pode condicionar todo o processo de aprendizagem e está impregnada de dimensões éticas, sociais e psicológicas e não meramente didáticas. Compreender o que é a avaliação e fazê-la bem seria uma excelente via para melhorar as práticas do ensino nas escolas (...)” Santos Guerra (2009).

Este projeto, entendido como uma referência e um dispositivo para a definição e implementação de políticas educativas no e para o Concelho, através da articulação das participações dos diversos atores, integra em si mesmo uma dimensão avaliativa. Neste sentido privilegia-se o seu papel

estratégico que permitirá o reajustamento e reordenação do atual projeto, quer ao nível dos processos de concretização, quer ao nível dos resultados obtidos.

A avaliação será efetuada por três “entidades” e terá, por isso, dimensões distintas mas que se entrecruzam nos momentos de avaliação intercalar e na avaliação final.

1 - Escolas

Relatório de avaliação trimestral, sustentado nos seus instrumentos de avaliação;

2 - Município

Relatório de avaliação trimestral a realizar pela Divisão de Educação e Ação Social;

3 - Conselho Municipal de Educação

Avaliação trimestral das atividades e trabalho desenvolvido feita com base na avaliação do Município e das Escolas, bem como na dos representantes das diferentes instituições e grupos que fazem parte do Conselho Municipal de Educação.

No final de cada ano será feita uma avaliação que terá em conta todos os indicadores e sugestões decorrentes das avaliações periódicas. Esta terá como finalidade reformular, reequacionar e ajustar as propostas futuras.

Uma comissão/grupo de trabalho do Conselho Municipal de Educação de Gouveia ficará responsável pelo acompanhamento deste processo e pela divulgação interna e externa dos resultados da avaliação.

- Conclusão

Nas sociedades modernas, a emergência de novas formas de cidadania, os meios de transmissão do conhecimento e o indivíduo cada vez mais exigente e informado, fazem da escola um espaço insuficiente para a educação, incapaz de dar resposta a todas as solicitações que lhe são dirigidas.

Por outro lado, os desafios que atualmente se colocam aos cidadãos, resultantes, muitas vezes, das transformações sociais que ocorrem de forma célere e contínua, permitem perceber a necessidade de uma aprendizagem e formação permanentes e justificam o surgimento de novos intervenientes no processo educativo, entre eles as comunidades locais.

Perante estas transformações no domínio da educação, temos assistido ao apelo à criação de uma rede de parcerias, a um maior envolvimento e participação efetiva de todos e à partilha de responsabilidades no domínio da educação.

O município é um espaço social e político de encontro entre o global, o nacional e o local, um espaço capaz de efetuar a articulação entre a educação escolar e outros modos de aprendizagem ao longo da vida, o contexto mais próximo para o desenvolvimento de relações sociais de parceria e para a co definição e concretização de políticas educativas locais. Há, por conseguinte, uma tendência crescente de chamar o município a intervir em áreas de que antes estava afastado. A sua participação no campo educativo é hoje uma realidade cada vez mais visível.

A intervenção do Município de Gouveia na esfera educativa não pretende confinar-se ao cumprimento das competências decretadas, procurando antes orientar as suas políticas educativas locais de uma forma proactiva.

Neste momento, e reconhecendo que têm de ser criadas condições para que o indivíduo possa adquirir competências nas diversas áreas do saber que lhe permitam viver em sociedade de forma harmoniosa, consciente e crítica, e que uma aposta na educação e formação dos cidadãos poderá igualmente contribuir para o desenvolvimento local, o Município de Gouveia construir um Projeto Educativo Municipal que, através da ação concertada e da participação dos parceiros socioeducativos, seja um projeto que promova o exercício da cidadania.

Tendo presente que as intervenções educativas não se podem limitar à escola formal, regular e têm de se estender ao pré-escolar e ao extra-escolar, este projeto de intervenção autárquica abrange as modalidades de educação formal, não formal e informal. Em consonância com estas preocupações, o Município de Gouveia não pode manter-se alheado da preocupação com a educação

ao longo da vida, num esforço permanente e transversal de formação e qualificação dos seus munícipes.

Assim, e partindo daquelas que são as políticas educativas definidas para o concelho em articulação com o Conselho Municipal de Educação, o presente documento configura o esforço de articulação com os diversos parceiros no processo educativo e os seus potenciais contributos para a edificação de uma sociedade mais democrática, consciente, responsável e participativa.